

COMUNICADO DE DIREITO

Informações sobre o que se passa na Faculdade de Direito:

1 - Foi entregue no dia 11 de Fevereiro ao Director da Faculdade o relatório da Comissão de Reforma do Ensino de Direito (inserto no boletim da Junta);

2 - Com fundamento neste relatório, foi conjuntamente apresentado um memorando reivindicando: abolição de faltas às aulas teóricas; regime facultativo de frequências; exames dos cursos do primeiro semestre em Março; exame de uma cadeira para os alunos que se vissem impedidos de fazer exames destes cursos também em Março; abolição da taxa da segunda chamada;

3 - O conselho da Faculdade em 4 de Março recusou o exame da cadeira e não se pronunciou sobre o regime de faltas e frequências;

4 - O documento que fundamentava as reivindicações dos estudantes só foi distribuído pelo Professor Queiró aos professores no terceiro período;

5 - Juntamente com o nosso documento foi distribuído aos professores um documento de traídores datado de 21 de Fevereiro, cujo conteúdo não versa a problemática inserida no n.º 4.

Estes factos são por demais elucidativos duma posição de há muito definida por parte do Director da Faculdade Professor Afonso Queiró. No momento em que o M.E.N. e o reitor desta Universidade dizem pretender engetar uma via de diálogo para resolução dos problemas internos das Faculdades e sequelas de uma crise que amanhã dia 17 de Abril faz um ano e teve início na exigência por parte dos estudantes do diálogo, reafirmam os estudantes de Direito a sua exigência já claramente definida anteriormente da demissão do Professor Queiró.

Ao comemorarem o facto detonador de um processo de luta que se iniciou nessa data pretendem os estudantes reunirem-se de novo à volta dos objectivos que informaram essa luta. O 17 de Abril não é mera comemoração passiva de uma importante data histórica do movimento estudantil. O 17 de Abril tem de ser a (remobilização) activa dos estudantes lutando pelas razões justas que os movem. Assim esta data terá que ser compreendida e integrada no momento eleitoral que atravessamos adentro da linha de actuação definida pela última Assembleia Magna.

Pela primeira vez na história das eleições para a A.A.C. os estudantes anunciaram programáticamente as bases gerais de como deve nascer um programa e uma lista associativa para concorrer a eleições.

Democratização, ampla discussão e compreensão das opções mais importantes que neste momento se põem aos estudantes, trabalho colectivo para todo um abrir de perspectivas e e contrar soluções quanto aos passos futuros da luta estudantil - são estas as características gerais enunciadas na proposta referente a este assunto votada na última Assembleia Magna.

Quer-se obviamente com esta proposta, obstar a possíveis defeitos de uma eleições com listas auto-constituídas, e conseguir deste modo uma direcção radicada nas massas tendo a confiança dos estudantes e que defenda um programa de luta comum e realista.

Cabe a tarefa de impulsionamento e coordenação do processo eleitoral à junta de Delegados representativa das diversas Faculdades.

Em reunião aberta da Junta de Direito, foi pelos estudantes sugerido que:

Se considere para este efeito a Junta de Delegados aberta o órgão do trabalho normal.

Que por fim os projectos de moções surgidos nessas reuniões sejam levados aos órgãos decisórios dos estudantes - reuniões de curso e Assembleias de Faculdade - donde, segundo os métodos de coordenação acordados com as outras Faculdades se passará às deliberações finais em Assembleia Magna.

Como fase preparatória da elaboração do programa, apresentam-se aqui já alguns pontos para discussão, sistematizados ainda de maneira incompleta e provisória:

-FUNÇÃO DA UNIVERSIDADE - O ensino no nosso país - A Universidade repressiva - reforma do Ensino - Universidade tecnocrática ou não tecnocrática - democratização do ensino - uma Universidade para o povo Português, etc.

-A LUTA ESTUDANTIL - O estudante na Universidade - a luta sindical - as associações de estudantes - sua organização - estruturas de faculdade e sua ligação com a associação - a policidade das A.A.E.E. - representatividade das A.A.E.E. - para uma união nacional dos estudantes portugueses, etc.

-Legislação Circum-escolar - estatutos - participação no governo da Universidade - homologações - informação, etc.

-ELABORAÇÃO DUM PROGRAMA REIVINDICATIVO

-Reivindicações pedagógicas

-Reivindicações gerais do movimento estudantil.

SOLEGA NÃO FAZTES AS REUNIÕES EM QUE SE TRABALHA